

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Pedro vendeu um apartamento a Paulo, o qual se comprometeu a oferecer primeiro a Pedro na hipótese de pretender vender o referido imóvel futuramente. Nesse caso, verifica-se a figura da cláusula de

- A venda com encargo.
- B venda a termo.
- C preempção.
- D condição.
- E retrovenda.

QUESTÃO 22

A mera titularidade de um imóvel acarretará a assunção de obrigações desvinculadas de qualquer manifestação de vontade do dono. Nesse caso, estar-se-á diante de obrigação

- A de resultado.
- B modal.
- C *propter rem*.
- D de execução diferida.
- E de garantia.

QUESTÃO 23

Acerca da disciplina da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- A Os pais não serão civilmente responsáveis por dano material causado por filho de dezesseis anos de idade que não estiver em companhia deles no momento do fato.
- B Provada a real falha no processamento de dados, afasta-se a responsabilidade do banco pela recusa de pagamento de cheque regular.
- C Quanto à morte de morador por afogamento na piscina comum, o condomínio, fornecedor por equiparação, será responsável pelo fato do serviço.
- D A pessoa que recebeu de presente colar produto de furto será responsável pela reparação civil perante o dono da joia.
- E Os hotéis são objetivamente responsáveis por dano que funcionário cause a seus hóspedes, durante a hospedagem, por fato do preposto.

QUESTÃO 24

As tratativas para a celebração de um contrato representam

- A direito potestativo.
- B direito conservativo.
- C direito condicional.
- D expectativa de direito.
- E direito eventual.

QUESTÃO 25

É causa de suspensão da prescrição

- A o credor estar ausente do Brasil a serviço da União.
- B o casamento do devedor com a credora de dívida exigível já vencida antes do casamento.
- C a ação de evicção estar pendente.
- D o credor ser absolutamente incapaz.
- E a condição suspensiva estar pendente.

QUESTÃO 26

Acerca das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção correta, conforme a doutrina e jurisprudência dominantes.

- A O encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica caracteriza abuso da personalidade.
- B O passar do tempo não consolida a personalidade de associação se houver defeito no ato constitutivo.
- C Os direitos da personalidade não são concedidos ao natimorto, somente ao nascituro.
- D A capacidade da pessoa natural não se presume e deve ser provada por documento.
- E O nascituro possui direitos aos danos morais pela morte do pai mesmo sem conhecê-lo.

QUESTÃO 27

A afirmação de que só quem exhibe o título pode pretender a satisfação da obrigação nele representada corresponde ao princípio da

- A autonomia.
- B pessoalidade.
- C literalidade.
- D representação.
- E cartularidade.

QUESTÃO 28

A respeito de jurisdição e ação, assinale a opção correta, consoante o Código de Processo Civil (CPC) e a doutrina dominante.

- A Para a caracterização da legitimidade de agir, é irrelevante se haverá reconhecimento, na sentença, do direito controvertido.
- B Caso já tenha havido violação do direito, não pode o autor ajuizar ação meramente declaratória.
- C A petição inicial será considerada inepta quando a parte for manifestamente ilegítima.
- D Já tendo se pronunciado pela existência das condições da ação, não poderá o juiz, de ofício, reexaminá-las.
- E De acordo com o princípio da inércia judicial, o prosseguimento do processo dependerá sempre de requerimento da parte ou do interessado, não podendo o juiz agir de ofício.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta no que diz respeito à competência, ao juiz e aos atos processuais.

- A** Havendo concordância entre as partes e homologação pelo juiz, o prazo para recorrer poderá ser prorrogado em até dez dias.
- B** Havendo mais de um réu, com domicílios diferentes, o autor deverá propor a ação fundada em direito pessoal no foro em que estiver domiciliado o réu mais idoso.
- C** Quando o Ministério Público (MP) não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, e o processo correr à sua revelia, o juiz o anulará a partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado.
- D** Tanto a incompetência relativa como a absoluta devem ser arguidas por meio de exceção, não podendo o juiz, de ofício, declará-las.
- E** Não havendo norma que discipline o direito controvertido posto em juízo, poderá o juiz suspender o processo por até sessenta dias, caso haja projeto de lei tratando da matéria em tramitação no Congresso Nacional.

QUESTÃO 30

No que concerne à formação, suspensão e extinção do processo, assinale a opção correta.

- A** O processo será extinto sem resolução de mérito quando as partes transigirem.
- B** Ao autor é conferido o direito de desistir da ação, mesmo após o prazo de resposta, independentemente do consentimento do réu.
- C** Haverá resolução de mérito quando o juiz reconhecer a decadência ou a prescrição.
- D** Quando o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes, o juiz deverá extingui-lo imediatamente, sem resolução de mérito.
- E** A suspensão do processo, pela convenção das partes, não poderá ser superior a um ano.

QUESTÃO 31

Acerca do procedimento sumário, assinale a opção correta.

- A** Não poderá o réu formular pedido contraposto na contestação, devendo ele ajuizar outra ação em face do autor, que tramitará em conjunto com a primeira.
- B** Durante a audiência de conciliação, observando o juiz que não é caso de procedimento sumário, mas sim de ordinário, deverá extinguir de imediato o processo.
- C** Não se admite nenhuma das formas de intervenção de terceiros.
- D** Não poderá ser adotado nas ações relativas ao Estado e à capacidade das pessoas.
- E** Deverá ser adotado nas causas de maior complexidade, para as quais seja necessário um julgamento mais célere, ainda que seja indispensável um amplo contraditório.

QUESTÃO 32

Com base nas disposições do CPC que regem o procedimento ordinário, assinale a opção correta.

- A** Não apresentando o réu alguma das modalidades de resposta, será considerado revel e, em qualquer caso, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.
- B** As partes, em comum acordo, podem requerer somente uma vez o adiamento da audiência de instrução e julgamento.
- C** Ainda que a matéria controvertida seja unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, é indispensável a citação do réu antes de ser proferida a sentença.
- D** Considerando que, entre os requisitos da petição inicial, consta o pedido com suas especificações, não será lícito formular pedido genérico, devendo este ser sempre certo e determinado.
- E** Figurando as exceções de impedimento e suspeição do juiz como uma das modalidades de resposta do réu, não é lícito ao autor argui-las.

QUESTÃO 33

Apesar de regularmente intimado para prestar depoimento pessoal por conta de requerimento do autor, o réu não compareceu à audiência de instrução e julgamento. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Para o depoimento pessoal, é sempre necessário requerimento da parte contrária, não sendo possível o juiz intimar de ofício.
- B** Para possibilitar um amplo contraditório, mesmo que ainda não tenha prestado seu depoimento, é lícito ao autor assistir ao interrogatório do réu.
- C** Em virtude do dever das partes de expor os fatos em juízo conforme a verdade e de proceder com lealdade e boa-fé, para a aplicação da pena de confissão é irrelevante que conste qualquer aviso no mandado de intimação.
- D** Somente poderá ser aplicada a pena de confissão se o réu tiver sido intimado pessoalmente, constando do mandado que se presumirão confessados os fatos contra ele alegados, caso não compareça ou, comparecendo, se recuse a depor.
- E** Por conta do princípio da presunção de inocência, não há possibilidade de aplicação da pena de confissão.

QUESTÃO 34

De acordo com as normas do CPC que regem a sentença, a coisa julgada e a liquidação de sentença, assinale a opção correta.

- A** Passados mais de sessenta dias de proferida a sentença sem que o juiz ordene a remessa dos autos ao tribunal, ou o presidente desse órgão avoque o processo, e não tendo havido apelação, transitará em julgado a sentença proferida contra o Estado cujo valor supere sessenta salários mínimos e que contrarie a jurisprudência do Superior Tribunal Federal (STF).
- B** Antes de se proceder à execução, é indispensável a liquidação da sentença.
- C** Caberá apelação, recebida no duplo efeito, da sentença que julgar o processo de liquidação.
- D** A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.
- E** Caso sejam determinantes para o dispositivo da sentença, os motivos também fazem coisa julgada.

QUESTÃO 35

Após regular trâmite de processo administrativo disciplinar (PAD), o presidente da República editou ato demitindo um servidor público federal. De acordo com essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Apesar de a ação popular destinar-se à fiscalização dos atos do poder público pelo povo, não será cabível sua utilização no caso, pois a referida ação objetiva precipuamente a proteção do patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.
- Ⓑ No caso, o presidente da República é parte ilegítima para figurar no polo passivo de eventual mandado de segurança, pois ele não participou da elaboração do relatório final do PAD.
- Ⓒ Passados mais de cento e vinte dias da divulgação do aludido ato no Diário Oficial da União, o servidor demitido não poderá mais questionar, em juízo, a validade jurídica do ato de demissão que lhe foi lesivo.
- Ⓓ Não poderá o servidor demitido se valer de mandado de segurança para questionar judicialmente o ato, pois a referida ação só é cabível em face de lei em tese.
- Ⓔ Passado mais de um ano da publicação do ato, eventual decisão do presidente da República, em pedido de reconsideração formulado pelo servidor demitido, reabrirá o prazo para impetração de mandado de segurança em face do ato de demissão.

QUESTÃO 36

A respeito do *iter criminis* e do momento de consumação do delito, assinale a opção correta.

- Ⓐ A tentativa, uma norma de extensão temporal, não se enquadra diretamente no tipo incriminador; faz-se necessária uma norma que amplie a figura típica até alcançar o fato material.
- Ⓑ A tentativa perfeita ou crime falho é aquela na qual o agente interrompe a atividade executória e não consuma o crime por circunstâncias alheias à sua vontade.
- Ⓒ O crime de extorsão se consuma com a obtenção da indevida vantagem econômica por parte do agente.
- Ⓓ A tentativa de homicídio se distingue do delito de lesões corporais dolosas pela gravidade da ofensa à integridade física da vítima.
- Ⓔ O crime tentado é punido da mesma forma que o crime consumado, pois o que vale é a intenção do agente.

QUESTÃO 37

Assinale a opção correta, acerca de crimes contra o patrimônio.

- Ⓐ O cadáver, utilizado para estudos em uma universidade, que foi subtraído e destruído com o simples propósito de impedir as pesquisas acadêmicas, não caracteriza objeto material do crime de furto, em virtude de sua absoluta impropriedade.
- Ⓑ Nos delitos patrimoniais, as imunidades penais de caráter pessoal, quando absolutas isentam o agente de pena; quando relativas afastam a culpabilidade, diminuindo o juízo de reprovação da conduta.
- Ⓒ O cheque emitido fraudulentamente mediante falsificação da assinatura do titular, se pago integralmente antes do recebimento da denúncia, exclui o crime de estelionato em sua forma básica.
- Ⓓ Para a consumação do crime de apropriação indébita previdenciária basta o não recolhimento das contribuições descontadas, no prazo legal, independentemente de dano patrimonial efetivo à previdência.
- Ⓔ Qualquer pessoa pode ser sujeito ativo do crime de furto em sua forma simples, o que inclui, em alguns casos, tanto o possuidor quanto o proprietário da coisa móvel.

QUESTÃO 38

Assinale a opção correta, a respeito dos crimes de tortura, das espécies, cominação e aplicação de penas.

- Ⓐ Na fixação da pena, as únicas circunstâncias judiciais consideradas, como previstas no Código Penal, são as seguintes: a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social do agente, as agravantes e as atenuantes.
- Ⓑ A perda da função pública e a interdição de seu exercício pelo dobro do prazo da condenação decorrente da prática de crime de tortura previsto em lei especial são de imposição facultativa do julgador, tratando-se de efeito genérico da condenação.
- Ⓒ O réu com menos de vinte e um anos de idade à época da prática do crime tem direito à redução da pena; a menoridade constitui circunstância que sempre atenua a pena, desde que documentalmente comprovada.
- Ⓓ Se o condenado vier a falecer antes de pagar a multa que lhe foi imposta em sentença condenatória transitada em julgado, o pagamento será exigido dos respectivos herdeiros, nos limites da herança.
- Ⓔ O Código Penal em vigor determina que a pena seja aplicada observando-se o critério bifásico, estabelecido em duas fases distintas: inicialmente, fixa-se a pena-base e, em seguida, aplicam-se as circunstâncias atenuantes e agravantes.

QUESTÃO 39

Em relação ao concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- A** Os requisitos para o concurso de pessoas incluem a pluralidade de agentes e de condutas, identidade da infração penal e a existência de prévio acordo entre os agentes.
- B** No concurso de pessoas, comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que não sejam elementares do crime.
- C** Em sede de concurso de pessoas, o simples ajuste, a instigação ou o auxílio são puníveis a título de participação, mesmo que o autor não tenha iniciado a execução do delito.
- D** O servidor público somente será processado por crime funcional próprio se desconhecia, quando do crime, a condição de servidor público do comparsa.
- E** Aquele que se serve de pessoa inimputável ou inconsciente para realizar ação delituosa é responsável pelo evento na condição de autor indireto ou mediato.

QUESTÃO 40

No que concerne ao Estatuto do Desarmamento, aos crimes de racismo, aos delitos hediondos, ao abuso de autoridade e aos crimes de trânsito, assinale a opção correta.

- A** O crime de participação em competição não autorizada previsto na Lei de Trânsito exige, para a sua configuração, que a conduta dos participantes ocorra em via pública.
- B** O porte de arma branca, a exemplo de um facão ou um punhal, evidenciada a vontade do agente de sua utilização para fins de ataque ou defesa, configura crime previsto no Estatuto do Desarmamento.
- C** A conduta típica do crime de racismo limita-se aos atos discriminatórios referentes à cor e à etnia.
- D** Os crimes hediondos não comportam fiança, liberdade provisória, relaxamento de prisão, graça ou indulto.
- E** No crime de abuso de autoridade, a ação penal, de natureza exclusivamente privada, será iniciada por representação da vítima, dispensando-se a denúncia.

QUESTÃO 41

Acerca das causas de extinção da punibilidade, assinale a opção correta.

- A** O perdão judicial pode alcançar toda e qualquer infração penal, ficando a critério do juiz a sua aplicação quando da prolação da sentença.
- B** Nas duas seguintes hipóteses a pretensão punitiva e executória não será atingida pela prescrição: os crimes de racismo e de tortura.
- C** O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada em abstrato para o crime.
- D** A decadência é o instituto jurídico mediante o qual o Estado perde o seu direito de punir ou de executar a sentença penal condenatória transitada em julgado.
- E** A anistia, causa extintiva da punibilidade, somente poderá ser concedida antes da sentença penal condenatória; nesse caso, o Estado renuncia ao *jus puniendi*.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta, a respeito dos crimes contra a administração pública.

- A** Os crimes praticados por particular contra a administração pública incluem o desacato, a corrupção passiva e a desobediência.
- B** Considere que um ex-policial, valendo-se de uma arma, ao abordar um grupo de jovens, submeteu-os a revista pessoal com o intuito de encontrar drogas. Nessa situação, o ex-policial praticou o delito de exercício funcional ilegalmente prolongado.
- C** Considera-se crime funcional próprio aquele em que a qualidade de servidor público é essencial à sua configuração, e crime funcional impróprio, aquele que tanto pode ser cometido por servidor público como por quem não detém essa condição.
- D** O peculato-culposo se confunde com o peculato-furto: em ambos o servidor público, prevalecendo-se dessa condição, concorre para que terceiro subtraia o bem.
- E** Considere que um servidor público, influenciado por sua namorada, tenha deixado de praticar ato de ofício, caracterizando infração de dever funcional. Nessa situação, a conduta do servidor se amolda à figura típica do tráfico de influência.

QUESTÃO 43

Acerca da ação penal e do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A** Somente a autoridade policial — delegados de polícia e delegados federais — tem primazia e exclusividade na investigação de fatos alegadamente criminosos, cabendo a estes, por força constitucional, promover atividade pré-processual por meio do inquérito policial.
- B** Nos crimes de competência do juizado especial criminal, é obrigatória a instauração do competente inquérito policial, antes da remessa do feito à análise do Poder Judiciário.
- C** É cabível a perempção na ação penal subsidiária da pública, no caso de desídia do querelante.
- D** Nas ações penais privadas, o inquérito policial é peça indispensável e necessária à fundamentação da queixa-crime.
- E** Nos crimes em que a ação penal pública depender de requisição do ministro da Justiça ou de representação do ofendido, o delegado de polícia perderá a disponibilidade da iniciativa para a instauração do inquérito policial.

QUESTÃO 44

Em relação aos dispositivos da lei que criou os juizados especiais criminais, e suas alterações subsequentes, assinale a opção correta.

- A** Os juizados especiais criminais terão a sua competência determinada pelo domicílio do agente infrator, podendo este, no âmbito de uma conciliação, declinar do privilégio em benefício da vítima.
- B** Os juizados especiais criminais são competentes para o processo e o julgamento das contravenções penais e dos crimes com pena máxima não superior a um ano.
- C** Na ação penal de iniciativa pública, não sendo caso de arquivamento e não havendo composição civil ou transação, o representante do MP deverá aguardar os laudos periciais que comprovam a materialidade do delito e oferecer denúncia no prazo de quinze dias.
- D** No juizado especial criminal, o processo reger-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação das partes.
- E** Após a vigência da lei que instituiu os juizados especiais criminais, tornou-se obrigatória a representação da vítima ou de seu representante legal, nos casos de lesão corporal culposa, de lesão corporal leve e nos crimes patrimoniais de pequeno valor.

QUESTÃO 45

Assinale a opção correta no que se refere aos recursos em geral.

- A** Entre outras situações, justificam a correição parcial a suspeição ou a incompetência do juiz da causa.
- B** Na fase preliminar do procedimento do júri, caberá apelação da decisão judicial que pronunciar o réu.
- C** Se o réu renunciar ao direito de apelação e se houver, mesmo contra a sua vontade, a interposição do recurso pelo seu defensor, há de preponderar a vontade do acusado.
- D** Em caso de denegação do processamento do recurso de apelação e interposto o recurso em sentido estrito, é facultado ao juiz, por uma única vez, reconsiderar a sua decisão.
- E** Contra a decisão judicial que determina a revogação da reabilitação cabe recurso em sentido estrito.

QUESTÃO 46

Acerca das citações e das intimações das partes no processo penal, assinale a opção correta.

- A** A lei processual penal determina que as intimações do defensor constituído e do representante do MP sejam feitas pessoalmente, por força de mandado.
- B** Se o réu estiver preso no mesmo estado da Federação em que o juiz processante exerce jurisdição, é válida a sua requisição ao diretor do estabelecimento prisional, como forma de chamamento ao processo.
- C** Havendo necessidade da oitiva de testemunha por carta precatória, para não haver nulidade, é obrigatória a intimação das partes, inclusive do promotor de justiça, do dia designado para a audiência.
- D** Se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, deverá o magistrado suspender o processo, bem como o curso do prazo prescricional, sem prejuízo da realização de provas antecipadas.
- E** As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta rogatória com a devida chancela do tribunal superior competente.

QUESTÃO 47

A respeito da interceptação telefônica, assinale a opção correta.

- A** O juízo que determinar a interceptação telefônica torna-se competente para a realização dos demais atos do processo, devendo, sob pena de nulidade, prosseguir nos autos até a decisão final.
- B** Informações obtidas em interceptação de comunicações telefônicas, judicialmente autorizadas em investigação criminal, em nenhuma hipótese, poderão ser usadas em procedimento administrativo disciplinar.
- C** É inadmissível no processo a gravação clandestina de conversa telefônica realizada por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro, em face da proteção constitucional da privacidade e da própria honra.
- D** Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- E** A interceptação telefônica pode ser deferida pelo prazo de quinze dias, permitida a sua renovação, por uma única vez, por igual período.

QUESTÃO 48

A respeito dos princípios gerais e informadores do processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não há previsão legal do contraditório na fase de investigação e a sua inexistência não configura violação à Constituição Federal (CF).
- Ⓑ Em determinados crimes é permitido ao juiz a iniciativa da ação penal condenatória, como no caso de procedimentos especiais, a exemplo do processo e julgamento dos crimes de falência.
- Ⓒ A exigência de sigilo das investigações prevista no Código de Processo Penal (CPP) impede, de forma absoluta, o acesso aos autos a quem quer que seja, sempre que houver risco ao bom andamento das investigações.
- Ⓓ O princípio da obrigatoriedade nas ações penais públicas se estende ao procedimento relativo aos juizados especiais criminais, porquanto, desde que convencido da existência do crime, deve o MP, obrigatoriamente, submeter a questão penal ao exame do Poder Judiciário.
- Ⓔ No conflito entre o *jus puniendi* do Estado, de um lado, e o *jus libertatis* do acusado, a balança deve se inclinar a favor do primeiro, porquanto prevalece, em casos tais, o interesse público.

QUESTÃO 49

Assinale a opção correta em relação às questões e processos incidentes.

- Ⓐ O juiz, de ofício, somente poderá ordenar o sequestro dos bens se já houver sido oferecida a denúncia ou queixa e desde que seja certa a proveniência ilícita desses bens.
- Ⓑ Na fase de inquérito policial, se a autoridade policial se encontrar em situação de suspeição ou de incompatibilidade, não é cabível qualquer procedimento de exceção, o que somente é possível, em desfavor da autoridade policial, na fase processual, quando já encerrada a sua atuação no feito.
- Ⓒ Não é cabível recurso da decisão judicial que rejeitar a exceção de incompetência do juízo.
- Ⓓ Quanto ao incidente de insanidade mental, o CPP estipula que seja nomeado curador ao acusado somente depois de os peritos concluírem pela sua inimputabilidade.
- Ⓔ A exceção de suspeição não pode ser arguida contra membro do MP.

QUESTÃO 50

Em relação aos procedimentos regulados pela legislação processual penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O procedimento ordinário aplica-se aos crimes apenados com reclusão, enquanto o procedimento sumário é aplicado aos crimes apenados com detenção cuja pena máxima seja superior a dois anos.
- Ⓑ Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, não encontrado o réu para ser citado, o juiz encaminhará as peças existentes para o juízo comum, caso em que será adotado o rito sumário.
- Ⓒ No procedimento sumário, poderão ser inquiridas até oito testemunhas e a audiência de instrução para a respectiva oitiva deverá ser realizada no prazo máximo de trinta dias, a contar do recebimento da denúncia.
- Ⓓ O prazo peremptório para a conclusão do procedimento instrutório nos crimes dolosos contra a vida é de sessenta dias.
- Ⓔ Nos moldes do procedimento anteriormente adotado para o processo e o julgamento dos crimes praticados por servidores públicos, o recebimento da denúncia no procedimento ordinário se dá posteriormente à defesa prévia do acusado.

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- Ⓐ O erro judiciário, por consistir em ato consequente da prestação da tutela jurisdicional, isenta o Estado de responsabilidade.
- Ⓑ Erro legislativo caracterizado pela declaração de inconstitucionalidade de determinada lei não gera responsabilidade do Estado.
- Ⓒ Poderá o Estado ser responsabilizado, desde que se comprove que ele agiu culposamente, caso uma lei de efeitos concretos cause dano ao indivíduo.
- Ⓓ A responsabilidade objetiva caracteriza-se pela necessidade de a pessoa lesada por conduta estatal provar a existência da culpa do agente ou do serviço.
- Ⓔ No caso de conduta omissiva do Estado, só haverá responsabilidade civil quando estiverem presentes os elementos que caracterizam a culpa.

QUESTÃO 52

Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os bens dominicais são bens patrimoniais indisponíveis.
- Ⓑ Os bens de uso comum do povo podem ser federais, estaduais e municipais. Todavia, o poder público poderá regulamentar seu uso, restringindo-o ou impedindo-o.
- Ⓒ Os bens dominicais são utilizados para a consecução das atividades administrativas em geral.
- Ⓓ O mar territorial e a plataforma continental são considerados bens da União.
- Ⓔ É vedada à União e aos estados a aquisição de bens por meio de usucapião.

QUESTÃO 53

Com relação às disposições da Lei n.º 12.527/2011, assinale a opção correta.

- Ⓐ Essa lei, que regula o acesso a informações, não se aplica às empresas públicas e às sociedades de economia mista controladas indiretamente pelos estados.
- Ⓑ O acesso a informação não sigilosa contida em documento cujo conteúdo seja parcialmente sigiloso não pode ser autorizado.
- Ⓒ Como regra geral, a lei prevê a instituição de taxas pelo poder público para o uso do serviço de busca e fornecimento da informação.
- Ⓓ É irrecorrível a decisão que indefere acesso a informações.
- Ⓔ A realização de audiências ou consultas públicas e o incentivo à participação popular são formas de garantir o acesso às informações públicas.

QUESTÃO 54

No que se refere a contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A** Tratando-se de contratos administrativos, pode a administração pública aplicar sanções administrativas motivadas pela inexecução parcial do ajuste.
- B** A duração dos contratos administrativos cujo objeto seja a prestação de serviços de forma contínua pode ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de projetos e condições mais vantajosas para a administração pública, desde que não ultrapasse o limite máximo de contratação, que é de sessenta e seis meses.
- C** Poderá a administração alterar os contratos administrativos unilateralmente quando for conveniente a substituição da garantia de execução.
- D** Os contratos administrativos regem-se exclusivamente pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público.
- E** É vedado ao contratado, na execução do contrato, subcontratar partes da obra ou serviço.

QUESTÃO 55

Em relação aos serviços públicos, considera-se

- A** o serviço postal um serviço público privativo.
- B** a implantação do serviço de abastecimento de água um serviço público singular.
- C** o serviço de distribuição de gás canalizado um serviço público comum.
- D** a divulgação de atos administrativos pela imprensa oficial um serviço de utilidade pública.
- E** o serviço de energia elétrica um serviço social.

QUESTÃO 56

Assinale a opção correta a respeito do controle de constitucionalidade.

- A** O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode realizar controle de constitucionalidade, deixando de aplicar leis e atos normativos que repute incompatíveis com a CF.
- B** O controle de constitucionalidade de emenda constitucional restringe-se à fiscalização formal.
- C** Projeto de lei proposto por deputado federal ou senador pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
- D** O descabimento de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade justifica, por si só, o cabimento de ação de descumprimento por preceito fundamental.
- E** É vedada a concessão de medida liminar em ação de descumprimento de preceito fundamental.

QUESTÃO 57

Com base na CF, assinale a opção correta relativa a direitos e garantias fundamentais.

- A** *Habeas corpus* pode ser impetrado em favor de pessoa jurídica.
- B** Brasileiros natos não podem ser extraditados.
- C** A prática de improbidade administrativa pode ensejar a perda dos direitos políticos.
- D** Entre os fatores que implicam inelegibilidade relativa inclui-se o analfabetismo.
- E** Uma das características do direito de propriedade é seu caráter absoluto.

QUESTÃO 58

De acordo com a CF, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- A** florestas, fauna e direito do trabalho.
- B** águas e direito econômico.
- C** desporto e regime dos portos.
- D** previdência social e cidadania.
- E** direito financeiro e proteção à infância e à juventude.

QUESTÃO 59

No que se refere às políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária, assinale a opção correta, com base na CF.

- A** A condição de casado, para homem ou mulher, não consiste em requisito para o recebimento de título de domínio ou para a concessão de uso de imóvel rural distribuído em decorrência de reforma agrária.
- B** Tendo sido determinado imóvel declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, por decreto municipal, poderá o estado da Federação onde ele se localize propor a respectiva ação de desapropriação.
- C** As operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária são isentas de impostos federais e estaduais, mas não de impostos municipais.
- D** As benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias realizadas em imóvel desapropriado para fins de reforma agrária devem ser indenizadas em dinheiro.
- E** A defesa do meio ambiente é um dos princípios da política agrícola.

QUESTÃO 60

Com base no que dispõe a CF sobre processo legislativo, fiscalização contábil, financeira e orçamentária e Ministério Público da União, assinale a opção correta.

- A** O dever de prestar contas não se aplica aos tribunais de contas.
- B** A conversão de medida provisória em lei implica a convalidação de seus vícios.
- C** A promulgação é o atestado de validade de um projeto de lei.
- D** É concorrente a iniciativa de lei destinada a organizar o Ministério Público da União.
- E** É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito civil e processual civil.



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos